



**A ESTRUTURAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, IGUALITÁRIA E INCLUSIVA
THE STRUCTURE OF THE SCHOOL CURRICULUM AND ITS IMPLICATIONS
FOR THE CONSTRUCTION OF A MORE JUST, EQUAL AND INCLUSIVE
SOCIETY**

FILHO, João Bernardes da Silva¹

RESUMO

A pesquisa estrutura-se, principalmente, em estudos sobre o campo da Sociologia da Educação. E para embasar os argumentos que foram apresentados usaram-se outros autores como Althusser (1980), Kant (2005), Silva (2013) e afins. Então, buscou-se demonstrar como as políticas públicas são influenciadas pelo poder das ações neoliberais e discutiu-se a função transformadora da educação na sociedade, com isso, percebendo que as instituições escolares podem ser aparelhos ideológicos para manutenção das classes e da ordem estabelecida pela dominação da força. A atual política que se vive em nosso país estimula a livre competição entre as empresas que buscam cada vez mais o acúmulo de capital financeiro e cultural. Pois, a elite financeira por sua vez condiciona a formação de políticas que estruturam a educação fazendo com que esta deixe de formar pessoas autônoma e críticas e passem ao estado de subordinação. A educação passa a ser mais tecnicista com estreitamento do currículo padronização do ensino e, com isso, a grande massa tornam-se alheios à política e as transformações na sociedade. As minorias que compõem a sociedade não podem ser silenciadas, pois são vozes e agentes que fazem parte da sociedade. Por isso, que elas devem estar inseridas nas discussões que são pertinentes a elaboração do currículo, materiais didáticos e pedagógicos. O sistema não poderá mais silenciar as massas. Assim, mesmo que em meios as constantes lutas buscarão veementemente por uma educação e um currículo inclusivo, justo, igualitário, equânime e democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Política. Sociedade. Neoliberais. Subordinação.

ABSTRACT

The research is structured mainly on studies in the field of Sociology of Education. Other authors such as Althusser (1980), Kant (2005), Silva (2013) and others were used to support the arguments presented. Therefore, the aim was to demonstrate how public policies are influenced by the power of neoliberal actions and to discuss the transformative function of education in society, thereby realizing that school institutions can be ideological devices for maintaining classes and the order established by the

¹ Graduado em História e Pedagogia – Universidade Estadual do Vale do Acaraú – Sobral – CE. Especialista em História e Geografia (FAFIBE), Gestão Escolar (FAVENI) e em Psicopedagogia e Supervisão Escolar (ISEED / FAVED). Professor efetivo da rede pública municipal de Viçosa do Ceará -CE. E-mail: arasrjoaobernardes@gmail.com

domination of force. The current policy in our country encourages free competition among companies that increasingly seek to accumulate financial and cultural capital. The financial elite, in turn, conditions the formation of policies that structure education, causing it to cease to form autonomous and critical people and to move into a state of subordination. Education becomes more technical with the narrowing of the curriculum and the standardization of teaching, and as a result, the great mass becomes oblivious to politics and the transformations in society. The minorities that make up society cannot be silenced, because they are voices and agents that are part of society. Therefore, they must be included in the discussions that are pertinent to the elaboration of the curriculum, teaching and pedagogical materials. The system will no longer be able to silence the masses. Thus, even in the midst of constant struggles, they will vehemently seek an education and curriculum that is inclusive, fair, egalitarian, equitable and democratic.

KEYWORDS: Education. Politics. Society. Neoliberals. Subordination.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema discorrer sobre a instrumentalização da educação como ferramenta de domínio, mas antagonicamente expô-la como forma de libertação. Assim, para que as políticas educacionais sejam meios libertadores e não simplesmente canais da reprodução da cultura dominante necessita que as ações que diz respeito à escola, aqui generalizamos escola como sendo a política educacional, estejam abertas ao diálogo público. Portanto, a principal problemática do presente trabalho diz respeito a falta de participação dos cidadãos na elaboração dos currículos e das implementações de políticas educacionais condizentes com a realidade dos locais onde estão sendo inseridas.

Estabelecer igual educação é inviável, pois, no Brasil, assim como em outros países, existem diferenças que se acentuam pela diversidade cultural e ainda também pelas desigualdades econômicas. Por isso, a busca pelo equilíbrio na educação tem que perpassar e valorizar a criação de currículos que tenham a contextualização com a realidade local, mas, contendo diretrizes que sejam comuns para que as diferenças aumentem. Portanto, ter um currículo padrão que traga métodos, metas iguais não condiz com a realidade de cada instituição de ensino. Garantir a equidade na educação é possibilitar autonomia para os sistemas de ensino.

A equidade reconhece que a sociedade brasileira é formada por diferentes culturas e que se deve respeitar que todos são diversos, a equidade ajuda a dar voz

aos grupos marginalizados, assim, entende-se que a escola não pode ser uma instituição que tenham como o objetivo homogeneizar os estudantes, porém, saber dialogar com as diferenças e fazer com os educandos ao término da educação básica possam desenvolver o conhecimento de cidadania e que todos possam viver em harmonia. A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante as leis, como isso, pode-se inferir o princípio da equidade. A equidade busca a igualdade de oportunidades e dentro da educação prioriza que para que as oportunidades sejam iguais deve-se estabelecer que os alunos de diferentes partes tenham acesso aos mesmos assuntos que são colocados em uma escola diferente das suas peculiaridades.

Então, como apontado à equidade tem como desígnio valorizar as especificidades locais na formação dos educandos enquanto a igualdade dentro do pacto interfederativo é a consonância nas competências e diretrizes nacionais. Porém, as particularidades de cada região devem vir nas avaliações a nível nacional, para que os assuntos da realidade locais não sejam somente informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

O sociólogo é um profissional que procura entender a sociedade de uma forma mais organizada e para tanto que se pode dizer que o sociólogo busca entender a sociedade de maneira mais disciplinada, assim, estabelece critérios para categorização da sociedade. Em sua suma a ocupação tem carácter científica. Isto quer dizer que as descobertas do sociólogo são avaliadas por meios dos fenômenos sociais que acontecem dentro da coletividade a partir de limites preestabelecidos. No entanto, o sociólogo entende que o seu quadro estudo é a única fonte de estudo para compreensão pela qual a sociedade pode ser analisada (BERGER, 1977).

Partindo da afirmativa de Berger (1977) passa-se a entender a Sociologia da Educação como o ramo da ciência que observa os fenômenos que acontecem dentro da dinâmica que envolve a educação.

Para Jezine (2016, p. 20) a educação é um meio onde desenvolve a socialização e a interação dos indivíduos em uma sociedade. Assim, a educação

funciona com um instrumento de libertação que pode fazer dos indivíduos seres capazes de atuarem para formação de uma sociedade igualitária.

No entanto, no modelo marxista infraestrutural – super-estrutural (dialético), a instituição escolar faz parte de uma grande estrutura, por exemplo, o Estado, a família e, a educação torna-se um instrumento de manutenção e perpetuação da hierarquia social, impondo o controle das classes dominantes sobre as classes subordinadas, fazendo uso das expressões típicas de Marx, de dominação da burguesia sobre o proletariado (MORROW, TORRES, 1997).

Assim, como apontado à educação pode ser um instrumento libertário ou mais uma maneira encontrada pelo Estado para dominar os instrumentos de controle sociais. Por isso que, nos palanques, nas mídias informatizadas e televisionadas ou por qualquer outro meio que se possa usar para comunicar as massas é indiscutível o valor que é dado para a educação.

A educação é apontada como com instrumento capaz de mudar a sociedade, de transformar os indivíduos que estão no estado de latência social em seres atuantes sendo promovedores não de verborreia, mas, sobretudo de palavras e de ações que realmente transformem a sociedade. No entanto, a missão de salvadora da pátria que é atribuída à educação tem sido utilizada amplamente de forma negocial, isto é, apenas para angariar prestígio, votos nas campanhas eleitorais.

Aqueles que estão no poder, sociedade política, por meio da legitimidade dos votos pouco fazem pela educação, pois, ela desta maneira é usada com instrumento ideológico do estado. Conforme Althusser (1980, p. 21):

Ora, o que se aprende na Escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto, algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de “cultura científica” ou “literária” diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se, portanto “saberes práticos” (des “savoir faire”) [...] Mas, por outro lado, ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as “regras” dos bons costumes, isto é, do comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a “bem falar”, a “redigir bem”, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e seus servidores) a “mandar bem”, isto é (solução ideal) a “falar bem” aos operários, etc.

Assim, percebe-se a incoerência dos discursos que são veiculados pelas mídias e, propriamente, por aqueles que são partes da sociedade política quando estes praticam ações voltadas para educação simplesmente de caráter superficial. A questão política que diz respeito a melhora educacional se encontra no campo carregado pelo jogo de lutas de classes entre os que anseiam pela mudança, porém, não tem espaço para travar uma ampla batalha contra aqueles que detêm a máquina estatal e possui os aparelhos que fomentam a dominação e as instituições fazem parte destes instrumentos que mantém, há anos, gerações na ocupação de espaços de gerência governamental. Portanto, “Ora, o que se aprende na escola?": não falar, obedecer, aceitar a sociedade com se encontra, a respeitar os bons costumes que são bons apenas para aqueles que os criaram. Ou seja, a escola é um espaço importante, pois, é nela que, hoje, pode-se, adormecer ou acordar, isso depende daqueles que fazem parte dela.

Ademais, as questões dessa luta constante entre a classe dominante e os outros segmentos da sociedade se encontram na elaboração dos currículos escolares. Segundo Silva (2013, p. 35):

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda a sua vida estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É o seu ambiente nativo. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Elas não sabem do que se trata [...] funciona como uma linguagem estrangeira: é incompreensível.

Então, as crianças que pertencem às elites governamentais já entram nas escolas em vantagem, pois, os que elas passaram a ver já fazem parte da sua realidade, enquanto, as outras terão mais dificuldade para continuar na vida estudantil fato que resultará em desinteresse e possível evasão. O que possibilitará a crescente desigualdade social.

As elites políticas e da sociedade civil abordam que a baixa escolaridade é uma das principais causas do desemprego e da mão-de-obra desqualificadas para empregos formais, no entanto, vivemos na sociedade individualista concentradora de bens materiais que não se importa com o bem-estar da sociedade e que não propõe medidas para minimizar as desigualdades. Para Mochcovitch (1992, p.13):

Para garantir a dominação econômica (exploração), existe uma dominação político-ideológica, cuja principal agência é o Estado, Cad. Educ. FaE/UFPel, Pelotas (19): 83 - 113, jul./dez. 2002 107 enquanto defensor dos interesses das classes dominantes. Essa dominação de classe político-ideológica se faz pela repressão – o exército, a polícia, as prisões, a dominação pela força, que só deve ser acionada explicitamente em períodos de crise – e pela dominação ideológica – a produção de um consenso social que aceita a direção que a classe dominante dá à sociedade.

Para Kant (2005), a educação a priori não deveria buscar treinar as crianças, mas, deveria primeiramente despertá-las para o mundo por meio da capacidade lógica de pensar. Assim, Kant enxerga na escola os lócus onde elas poderiam ser instrumentalizadas com palavras e argumentos com isso, a crianças teria que ser instruída para tornar-se um cidadão atuante com ações e argumentos, sendo capaz de pensar criticamente a realidade social e fazer projeções para modificar a realidade por ela vivida. Para Durkheim (1973, p. 9):

Esponaneamente, o homem não se submeteria à autoridade política; não respeitaria a disciplina moral, não se devotaria, não se sacrificaria. Nada há em nossa natureza congênita que nos predisponha a tornar-nos, necessariamente, servidores de divindades, ou de emblemas simbólicos [...] Foi a própria sociedade, na medida da nossa formação e consolidação, que tirou do seu próprio seio essas grandes forças morais

Assim, dentro da concepção Durkheim existe distinção entre o ser individual e o ser social. Os indivíduos não nascem socialmente construídos e no decorrer de sua existência vão sofrendo modificações e influências externas, assim eles se constituem seres sociais.

É na educação que as pessoas se tornam cidadãs e, é nesse processo de socialização que as regras são estabelecidas, punições e as leis são criadas para que possam viver em coletividade. Só a educação escolar (escolarização) não corresponde a atual demanda, pois, percebe-se que as diferentes instituições na contemporaneidade estão passando por reformulações, a exemplo, concepção do significado do conceito de família. Entretanto, para este caso há o aspecto filosófico e religioso herdado da cultura judaico-cristã que é norteador pelas “Escrituras” e o conceito sacro.

Conforme Durkheim o processo de formação do ser social se dá mediante a interação e é na escola onde seres diferentes se encontram, dialogam, tocam e se integram, porém, os diferentes setores da sociedade devem funcionar para que se possa fazer com a construção do ser social não seja deficitária. Pois, se a escola

realiza seu papel social de formação integral e a segurança está com problemas e, é nesse ponto que se percebe que para a formação integral dos indivíduos todos os segmentos da sociedade devem funcionar.

METODOLOGIA E DISCUSSÕES

A metodologia utilizada para realização do estudo foi à pesquisa bibliográfica e em sites acadêmicos. Realizando leituras de estudos pertinente ao tema “Sociologia da Educação” e suas implicações na sociedade. Discutir e pesquisar sobre sociologia da educação faz com as minorias que compõem a sociedade não fiquem silenciadas, pois são vozes e agentes que fazem parte da sociedade. Por isso, que elas devem estar inseridas nas discussões que são pertinentes a elaboração do currículo, materiais didáticos e pedagógicos.

Entende-se que com um estudo abrangente da Sociologia da Educação permitirá a compreensão que o processo educacional acontece nos diversos meios, e não apenas em ambiente institucionalizados. Pela óptica frereana a educação deve ser libertadora e não reproduzir os desmandos e atrocidades e, assim, a elaboração dos documentos que norteiam o processo educacional devem buscar soluções para fazer as reparações históricas.

O sistema não poderá mais silenciar as massas. Assim, mesmo que em meios as constantes lutas, buscarão veementemente por uma educação e um currículo inclusivo, justo, igualitário, equânime e democrático.

A atual política que se vive em nosso país estimula a livre competição entre as empresas que buscam cada vez mais o acúmulo de capital financeiro e cultural. Pois, a elite financeira por sua vez condiciona a formação de políticas que estruturam a educação fazendo com que esta deixe de formar pessoas autônomas e críticas e passem ao estado de subordinação. A educação passa a ser mais tecnicista com estreitamento do currículo e para padronização do ensino e, com isso, a grande massa tornam-se alheios à política e as transformações na sociedade.

Ressalta-se que a política neoliberal atribui as disciplinas de sociologia e filosofia valor inútil, portanto elas são consideradas supérfluas. Ou seja, a política educacional que deve melhorar a qualidade de ensino, em suma, torna os indivíduos

em sujeitos acomodados, para que, não venham a causar incômodo. Conforme Karl e Engels (1984, p.73.):

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal [ideell] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. Numa altura, por exemplo, e num país em que o poder real, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pelo domínio, em que portanto o domínio está dividido, revela-se ideia dominante a doutrina da divisão dos poderes, que é agora declarada uma "lei eterna".

A contribuição deste estudo nos remete a analisarmos o poder das classes dominantes sobre a população dentro da educação brasileira e na vida das pessoas dentro e fora dos muros da escola. Será que após o estudo aqui abordado continuaremos na inércia ou seremos ativos enquanto seres sociais pertencentes a esse meio? Os educadores, pais, alunos, as diversas classes sociais devem participar da elaboração do currículo escolar e das políticas que tangem à educação. Caso contrário, a educação será continuamente um instrumento de “domesticação” das classes para domínio de uma “burguesia” que há séculos estão no poder.

Embora inúmeros obstáculos existentes na atual situação do nosso país, acreditamos no poder da união de um povo por justiça social para a maioria se não para todos.

OS MARCOS LEGAIS QUE EMBASAM A BNCC E O MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em 1988, é promulgada a Constituição Federal após o período que se chamou Ditadura Militar. A criação da base nacional foi um dos marcos que contribuíram para

educação brasileira, no artigo 210, estabeleceu os conteúdos mínimos para o ensino fundamental.

Como se sabe, os conteúdos mínimos são aqueles que entrelaçam a língua portuguesa, noções históricas e geográficas, conhecimentos relacionados à matemática, porém deixa-se ampla liberdade para os sistemas de ensino incrementarem o currículo, pois, têm as diferenças regionais, conseqüentemente, resultando nas diversas variedade linguísticas, artísticas e culturais.

Já no ano de 1996, é sancionada, outra, Lei de Diretrizes e Base, no inciso IV de seu artigo 9º, afirmar categoricamente a relevância da ação conjunta dos Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que haja competências e diretrizes similares para criação de currículos que norteiem os currículos e assegurem a formação com os conteúdos mínimos na educação básica.

Assim, as diretrizes e competências que fazem parte da educação brasileira, a priori, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, elas são comuns as diferentes esferas governamentais, no entanto, o que se difere são os currículos.

Base e currículo são instrumentos que se distingue um do outros, porém, indissociáveis. Base é um documento normativo, isto é, uma referência obrigatória que os sistemas de ensino têm que seguir para revisar e orientar a reformulação dos currículos tanto dos Estados, Distrito Federal como dos Municípios. Base vem estabelecer os objetivos que se pretende que os estudantes almejem enquanto, o currículo, o caminho, é onde irão ser criadas as possibilidades, os métodos para que esses objetivos sejam alcançados. De acordo com análise Sacristán (1999, p. 61), pode –se definir: “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.”

Portanto, ambos, tanto base como currículos são instáveis, pois, são frutos de movimentos sociais e, por isso, atendem a demanda temporal e, com isso devem ser reformulados e consultados, pois, podem se tornarem obsoletos. Ademais, parafraseando Arroyo (2011), os dois são arenas políticas e territórios em disputa. Silva (1996, p.23) aponta que:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que

se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

A padronização do ensino pode se tornar nociva, pois, os grupos, as elites econômicas e políticas tendem em diversas vezes silenciar as vozes das minorias, por isso, diz que a construção da base como dos currículos em geral são territórios de disputa, pois, as formulações desses documentos oficiais, como apontados anteriormente, advêm de uma produção coletiva de cultura e aqueles se sentem prejudicados refutam as modificações por meio de argumentos embasados na sua história e nas suas manifestais culturais.

A LDB, lei de 9394/9, em seu artigo 26, institui que os currículos além da base nacional comum devem possuir em sua legislação a contextualização com a realidade local onde os estudantes estão inseridos. Porém, quando são realizadas as avaliações desconsideram as diferenças que existem entre as regiões brasileiras e aplicam uma avaliação uniforme e com questões objetivas para todo território. Para Luckesi (FERRARI, 2006, online):

A maioria das escolas promove exames, que não são uma prática de avaliação. O ato de examinar é classificatório e seletivo. A avaliação, ao contrário, diagnóstica e inclusiva. Hoje aplicamos instrumentos de qualidade duvidosa: corrigimos provas e contamos os pontos para concluir se o aluno será aprovado ou reprovado. O processo foi concebido para que alguns estudantes sejam incluídos e outros, excluídos. Do ponto de vista político-pedagógico, é uma tradição antidemocrática e autoritária, porque centrada na pessoa do professor e no sistema de ensino, não em quem aprende.

De acordo Luckesi (FERRARI, 2006), pode-se afirmar que na verdade isso que fazem são aplicações de exames, pois, tem caráter classificatório, excludente e pontual. Portanto, quando são elaborados os itens deveriam trabalhar com questões pertencentes à base e outras relacionadas com as peculiaridades e especificidades locais. No ano de 2010, o CNE promulgou novas DCN, com vista a ampliar e organizar o conceito de contextualização como incluir, valorizar as diferenças, atender a demanda da pluralidade e a diversidade cultural, pois, somos um país com grande territorialidade e com uma formação com miscigenação étnicas visíveis na pele, na comida, na fala, no corpo e nas vestes, conforme estabelecido no Parecer CNE/CEB nº 7/2010.

No entanto, essa valorização deve estar presente no sistema de avaliação para que possa ser ratificada, pois, na lei está escrito, porém a prática destoa da realidade legal. E, assim, a forma o sistema de avaliação da educação básica brasileira direciona as questões avaliativas causa disputas entre as instituições escolares disputa para ver quem tem o melhor ranking. E os maus resultados recaem sobre as escolas e, por conseguinte caem em cima dos professores.

Percebe-se que “os exames” aplicados são instrumentos de controle estatal que prioriza não a melhoria do sistema educacional, mas, busca apontar os melhores e os piores, fazendo com que espaço entre as instituições aumente cada vez mais. E os propósitos de construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva novamente aparecem nos códigos, no entanto, são relegados pelas políticas educacionais e pelo sistema de avaliação da educação.

Analisando a BNCC e tendo em vista a concepção de currículo, caminho que traça as metas, pode-se inferir que a base é a parte similar que sustenta a elaboração dos currículos e os esses têm funções complementares. As complementações têm que fazer parte das realidades de cada sistema de ensino que deve considerar as características dos alunos, pois, a escola se encontra em uma determinada parte enquanto seus alunos veem de diversos locais que compõem a região onde a instituição escolar está localizada.

As instituições escolares de acordo com a legislação devem a contextualizar os conteúdos e aplicá-los na realidade do aluno, pois, somente informar não atrai a atenção dos educandos, a atenção é fato presente nas discussões de professores e pais, pois, alunos e filhos estão cada vez mais com uma visão multifocal e, com isso não conseguem passar muito tempo ouvindo ou observando algo que não lhe despertem a curiosidade. Os currículos apontam para uma avaliação contínua e formativa, porém, concebem práticas que reduzem a memorização, mera acumulação de informação que com o tempo são esquecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se discorrer sobre educação, exclusão e inclusão dos direitos negados a fim de conscientizarmos de que só revolucionando-os podemos

desmascarar a ideologia dominante e opressora dos direitos da maioria. Acreditamos numa sociedade justa para todos sem o poder absoluto de classes dominantes porque a classe privilegiada da sociedade determina em sua opressão e escraviza a população limitando-a a poucas sobras dos recursos a ela destinadas.

A intenção dos detentores de poder sobre a educação não visa à formação crítica da população em geral e sim no adestramento apassivador de modo a alienar da reflexão e solução dos seus principais problemas.

Ainda que a ideia de cidadania é ideologicamente negada, pois temos na ordem estabelecida que os direitos básicos e fundamentais, igualdade entre outros, seriam satisfatoriamente atendidos e aplicados, o que na realidade não acontece. Os discursos ardem inflamados, no entanto, na prática nem todos são iguais perante à lei.

Desse modo a escola é sem dúvida uma instituição poderosa, e importante formadora de opinião da sociedade, que possui os meios para modificar o atual panorama social. Porém que fique claro que a escola e coparticipante desse processo não sendo a única responsável como a sociedade nos últimos tempos tem atribuído total responsabilidade social. Professores e alunos, detentores ativos do conhecimento, representantes teóricos da comunidade, devem estudar suas realidades criticamente para resolverem e reverterem às dificuldades e diferenças que enfrentam no dia a dia.

Portanto, entende-se que as mudanças que ocorrem no currículo escolar são resultadas de discussões das vozes que compõem a sociedade. As minorias, os povos indígenas, deficientes e demais segmentos que ficavam à margem, hoje, atuam diretamente na produção de conhecimento.

A ideia de universalização do currículo escolar supera a concepção de um currículo voltado para domínio das massas. Pois, sabe que a escola pode ser instrumento de libertação ou de domínio. Assim, supera a ideia de currículo restrito e fragmentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ARROYO, Miguel. Currículo: território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

BERGER, Peter Berger. Perspectivas Sociológicas. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Artigo 210. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_210_.asp> Acesso em 15.Jun. 2023.

BRASIL, LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 20.Set. 2023.

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica Nº: 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. D.O.U. de 9/7/2010, Seção 1, Pág.10. Disponível em :< http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb007_10.pdf>. Acesso em: 10 ago.2023.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

FERRARI, Márcio. Entrevista com Cipriano Carlos Luckesi. Nova Escola. 2006. Disponível em:< <https://novaescola.org.br/conteudo/190/cipriano-carlos-luckesi-qualidade-aprendizado>>: Acesso em 09.Jun. 2023

JEZINE, Edineide. A Concepção De Emancipação Em Paulo Freire Para Uma Leitura Do Acesso À Educação Superior. Revista da Faculdade de Educação, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 15–34, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3938>. Acesso em: 21 abr. 2025.

KANT, I. Crítica da faculdade do juízo. Tradução de Valério Rohden e António Marques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a Escola. São Paulo: Ática, 1992.

MORROW, R. A., & TORRES, C. A. Teoria Social e Educação: Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural. Porto: Edições Afrontamento. 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Poderes instáveis em educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.